

ENCICLOPÉDIA



17.
LITERATURA - TEXTO

EINAUDI

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

Enciclopédia Einaudi

Enciclopédia Einaudi

volume 17

Literatura-Texto

Director
Ruggiero Romano

Consultores do projecto
Alfredo Salsano, Giorgio Bertoldi, Alessandro Fontana,
Jean Petitot, Massimo Piattelli Palmarini, Massimo Galuzzi,
Fernando Gil, Krzysztof Pomian, Giuseppe Geymonat,
Giuseppe Papagno, Gian Paolo Caprettini, Renato Betti,
Giulio Giorello, Clemente Ancona.

EDIÇÃO PORTUGUESA

Coordenador-responsável
Fernando Gil

Secretariado
Vasco Rosa, Leonor Rocha Vieira

Orientação gráfica
Gabinete Editorial da INCM

© 1989 Imprensa Nacional - Casa da Moeda

ÍNDICE

- 11 Discurso (C. Segre)
- 41 Ficção (C. Segre)
- 57 Narração/narratividade (C. Segre)
- 70 Géneros (C. Segre)
- 94 Tema/motivo (C. Segre)
- 116 Estilo (S. Segre)
- 134 Maneira (P. Montani)
- 152 Texto (C. Segre)
- 176 Literatura (F. Fortini)
- 200 Filologia (C. Carena)
- 218 Poética (C. Segre)
- 239 Retórica (Ju. M. Lotman)
- 260 Crítica (S. Żółkiewski)
- 295 Clássico (F. Fortini)
- 306 Vanguarda (A. Asor Rosa)

- 345 Plano da obra
- 346 Gráfico

Traduções

Fernando Paulo do Carmo Baptista (Discurso,
Géneros, Ficção, Narração/narratividade),
Helena de Almeida Ribeiro (Poética),
Joana de Abreu Monteiro Quintino (Texto),
Leonor Rocha Vieira (Clássico, Estilo),
Maria Bragança (Filologia, Literatura, Maneira),
Maria Clara Évora Águas (Crítica, Vanguarda),
Rui Santana Brito (Retórica, Tema/motivo).

NOTA DO EDITOR

Na sua versão original, esta *Enciclopédia* dispõe-se alfabeticamente, de «Ábaco» até «Zero», num total de 551 entradas em 14 volumes. A *Enciclopédia* foi porém concebida tematicamente, na forma de 79 conjuntos de entradas. No fim de cada um dos volumes da presente edição, o leitor encontrará o gráfico da obra, tal como ela se distribui pelos conjuntos temáticos: os conceitos sublinhados — chamados *portanti* na edição italiana, quer dizer, «portadores» do conjunto — correspondem aos títulos dos nossos volumes. Com efeito, na edição portuguesa os conjuntos foram reagrupados, segundo um critério de proximidade conceptual, num *corpus* de 41 volumes. Seguir-se-lhes-ão dois outros que correspondem ao vol. 15 da edição italiana (*Sistemática*). Neles se apuram as correlações internas e as grandes linhas de fundo da *Enciclopédia*.

Após cada artigo, um pequeno texto, da responsabilidade da redacção da *Enciclopédia*, demarca a problemática global respectiva; nesse texto, as palavras em itálico são designações de outras entradas da obra. Todos os artigos propõem assim itinerários de leitura — diferentes em cada caso — através do *corpus*. Não se trata, naturalmente, de recomendações rígidas de leitura mas tão-só de indicações, que sugerem ao mesmo tempo os encadeamentos na base da *Enciclopédia*; e convidam também o leitor a construir os seus próprios percursos. A circulação dos conceitos está ainda assinalada por um sistema de referências cruzadas dentro das próprias entradas.

Os nomes de autores que figuram no texto dos artigos entre parênteses rectos, assim como as datas entre parênteses rectos que se seguem aos nomes dos autores, reenviam aos dados bibliográficos completos no fim de cada entrada. São indicadas as traduções portuguesas existentes. Estes dados bibliográficos referem-se unicamente às obras citadas ou mencionadas no corpo dos artigos: não são de modo algum bibliografias. Os títulos das obras em italiano, francês, inglês, espanhol, citadas no corpo dos artigos, são indicados na língua original. Quanto às obras em alemão, russo, árabe, chinês, etc., menciona-se no texto do artigo o título em português, seguido pelo título original entre parênteses curvos, se não se reenvia aos dados bibliográficos; se porém tal reenvio é feito, o título original achar-se-á nesses dados. No que se refere aos clássicos gregos e latinos limitamo-nos a dar o título em português no corpo do artigo, com as indicações necessárias para identificar os passos citados. As palavras em hebreu, grego, árabe, etc. foram transliteradas.

As datas entre parênteses rectos nos dados bibliográficos são as da composição da obra ou representam uma referência cronológica diversa da 1.^a edição (que figura, com indicação do autor e do lugar de publicação, depois do título), por exemplo no caso das obras póstumas.

DISCURSO

1. Os dicionários apresentam dois significados principais para esta palavra: um é o de exposição de um determinado assunto, escrita ou proferida em público; o outro é o de «acto de discorrer», «acto de comunicação linguística»; e certas locuções insistem no sentido do desenvolvimento (*iniciar o discurso, interromper o discurso, retomar o discurso*), com os seus eventuais incidentes (*perder o fio do discurso*): é ao segundo significado que se refere a análise linguística das *partes do discurso*. O 'discurso' da primeira definição é produto do 'discurso' da segunda definição; mas há produtos menos solenes como as conversações quotidianas que, por sua vez, se podem chamar 'discurso' (e a elas faz alusão a gramática, quando fala de discurso *directo* ou *indirecto*, consoante as conversações são reproduzidas na sua forma original ou transpostas para o relato que delas faz o narrador). A semântica da palavra latina *oratio* não é muito diferente: 'discurso' herda os valores de *oratio* (incluídos os gramaticais).

Os textos narrativos são um bom exemplo da polivalência semântica da palavra 'discurso'. São eles, na verdade, que contêm, sobretudo, discursos que se imaginam efectivamente proferidos por personagens (discursos-alocação ou, mais frequentemente, discursos quotidianos); mas constituem na sua totalidade um discurso (como acto de comunicação linguística) composto pelo autor e dirigido ao leitor. Pareceria, então, poder contrapor, no interior do discurso como acto de comunicação, a narração, por um lado, e os discursos escritos ou proferidos, pelo outro. Assim procede Benveniste [1959], precisando que são característicos da narração o aoristo, o imperfeito, o mais-que-perfeito, e a pessoa que aí é usada quase sem excepção é a terceira; é que, pelo contrário, são tempos fundamentais do discurso (que, de qualquer modo, apenas exclui o aoristo) o presente, o futuro e o perfeito, ao passo que as pessoas usadas são tanto as que são próprias do diálogo, *eu* e *tu*, como a terceira.

Mas os discursos escritos ou proferidos espalham-se, com frequência, pelo interior da narrativa: o caso mais conhecido é o do discurso indirecto, no qual aparece exposto em orações dependentes dos *verba dicendi* o conteúdo de frases que teriam sido proferidas por personagens — isto é, resumindo: narram-se os discursos, tal como se narram as acções e situações. O caso mais típico desta ambivalência entre narração e discurso é o assim chamado discurso indirecto livre, caracterizado por Bally [1912] e frequentíssimo na narrativa moderna. O discurso indirecto livre diferencia-se do

indirecto pela ausência dos *verba dicendi*, do directo porque o autor das afirmações não é indicado com o pronome de primeira pessoa, mas com o da terceira, e porque, além disso, os verbos não são usados no presente.

Há que vincar bem que a passagem de discurso directo a indirecto e a indirecto livre não se processa com qualquer transposição mecânica da estrutura sintáctica: evidentemente, a escolha do tipo de discurso ou de narração implica já uma particular orientação dos meios de expressão linguística — um primeiro indício da existência de leis próprias do discurso, antes ou a seguir às frases que nele sucedem.

Nos últimos decénios, o segundo dos significados indicados, «acto de comunicação linguística», conheceu uma difusão tão sintomática quanto é o facto de serem bem raras as tentativas de lhe precisar, com definições, as eventuais mudanças ou cristalizações de sentido. São pouquíssimos, por exemplo, os dicionários de linguística que contenham a entrada «Discurso» (rara excepção, o de Dubois, Giacomo, etc.); e dos muitos volumes que já exibem, no título, o nosso termo, quase nenhum apresenta, para ele, uma definição.

Isso assenta no facto de a curiosidade pelo discurso ter nascido de interesses e contribuições de origem muito diversa que só em parte convergem, dando azo a que a palavra, sem controlo, se carregue de conotações [cf., para uma primeira panorâmica, Parret 1971].

2. Para ter pontos de referência seguros, será conveniente remeter para o pensamento de Saussure e dos seus intérpretes. Virá a propósito reflectir sobre a antinomia *langue/parole* e sobre o conceito de sintagma. Segundo Saussure [1906-11], a *langue* é uma realidade transpessoal, a que se contrapõe o uso que, em cada momento, dela faz cada indivíduo. A antinomia *langue/parole* distingue, portanto: «1) O que é social, daquilo que é individual; 2) o que é essencial daquilo que é acessório e mais ou menos accidental» (trad. it. p. 23). Os membros de um grupo linguístico têm, na sua língua, um tesouro comum, de que cada qual conhece uma parte maior ou menor, e cujo domínio colectivo constitui o factor de coesão linguística do grupo.

Usando a língua, faz-se passá-la da potência ao acto: entram em jogo todos os factores pessoais (tanto de ordem articulatória como de ordem psicológica) que constituem a *parole*. A *parole*, em suma, «é um acto individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1) as combinações com que o sujeito falante utiliza o código da língua, com vista à expressão do próprio pensamento pessoal; 2) o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar tais combinações» [*ibid.*, p. 24].

A definição de Saussure é clara por força da sua enunciação antinómica (considere-se ainda o seguinte: «A língua é necessária para que a *parole* seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas a *parole* é indispensável para que a língua se estabeleça; historicamente, o facto de *parole* vem sempre primeiro» [*ibid.*, p. 29]; noutro passo, aparece dito: «A língua é, para nós, a linguagem menos a *parole*. Ela é o conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a um sujeito compreender e fazer-se compreender» [*ibid.*, p. 95]. Em todo o caso, segundo Saussure, devem existir duas linguísticas, uma

da *langue* e outra da *parole*, de entre as quais ele privilegia a primeira, dando-lhe mesmo uma proeminência teórica. Não oferecem, porém, uma definição satisfatória as referências a esta virtualidade que é a *langue*. Saussure diz que é um «sistema de signos» [*ibid.*, pp. 24 e 25], e isso parece dizer respeito sobretudo ao léxico e à morfologia; mas, tendo dito antes que «um dicionário e uma gramática podem ser uma sua representação fiel» [*ibid.*, p. 25], parece implicar mais completamente as normas gramaticais e sintácticas.

Os pontos sensíveis desta distinção de fundo aparecem no tratamento das relações sintagmáticas e associativas. Eis o que aí se diz dos sintagmas: «Por um lado, no discurso, as palavras contraem entre si, em virtude do seu encadeamento, relações fundadas no carácter linear da língua, o qual exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos de uma só vez. Elas dispõem-se em linha, umas após as outras, na cadeia da *parole*. Estas combinações que têm por suporte a extensão podem chamar-se *sintagmas*» [*ibid.*, p. 149]. Logo a seguir, fala-se das relações associativas: «Fora do discurso, as palavras que apresentam algo de comum associam-se na memória, constituindo-se, assim, grupos no interior dos quais se estabelecem relações muito diversas. Assim, a palavra *enseignement* fará surgir inconscientemente no espírito uma série de outras palavras (*enseigner, renseigner, etc.*, ou então *armement, changement* etc., ou ainda *éducation, apprentissage, etc.*); seja qual for o aspecto sob que se considerem, todas têm algo de comum entre si. Facilmente se verifica que estas coordenações são de um tipo inteiramente diferente do das primeiras. Não têm por suporte a extensão; a sua sede fica no cérebro; fazem parte desse tesouro interior que constitui a língua em cada indivíduo. Designá-las-emos de *relações associativas*» [*ibid.*, pp. 149-50]. As relações sintagmáticas são condicionadas pela linearidade da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos simultaneamente; por sua vez, as relações associativas têm a sua sede na memória e não estão sujeitas a limitações espaciais.

Ainda aqui, à primeira vista, tudo é claro: de um lado, relações efectivas, *in praesentia*, condicionados pela linearidade, próprias dos factos de *parole*; do outro lado, relações virtuais, *in absentia* (e coexistentes na memória), de que a *langue* é constituída. Mas depressa se nota que o modelo empregue para as relações associativas (hoje diríamos paradigmáticas) é o da estrutura lexical, ao passo que o das relações sintagmáticas é o modelo sintáctico: numa palavra, os elementos em jogo para a definição dos dois tipos de relação não são exactamente os mesmos.

As dificuldades encontradas resultam nos crescentes esforços para dotar a *langue* de elementos sintácticos cada vez mais amplos. Em primeiro lugar, Saussure considera sintagma também a união de duas ou mais unidades consecutivas, porque codificada ou, enfim, lexicalizada (desde composto *re-lire* aos grupos sujeito + verbo (*nous sortirons*), a atributos correntes (*la vie humaine*), a inteiras frases simples (*Dieu est bon*), etc.) [*ibid.*, p. 140], depois, dá lugar também a locuções e expressões «cujo carácter usual resulta das particularidades da sua significação ou da sua sintaxe» [*ibid.*, p. 151]; por fim, atribui à *langue* «todos os tipos de sintagmas construídos sobre formas regulares»

[*ibid.*]: mesmo, pois, as frases, na medida em que realizam regras de combinação próprias da língua.

Todavia, se nos apoiarmos na precedente definição de *langue* e de *parole*, qualquer frase pronunciada ou escrita, desde que não lexicalizada, como nos primeiros exemplos citados, é produto de uma iniciativa individual; além disso, ela distende-se ao longo de uma rigorosa linearidade: pertence, portanto, à *parole*. Saussure tem presente esta possível objecção; mas não a resolve, por certo, ao considerar que «o que é próprio da *parole* é a liberdade das combinações; importa, pois, perguntarmo-nos se todos os sintagmas são igualmente livres» [*ibid.*].

Considere-se, com efeito, uma frase gramaticalmente correcta; se se diz que ela estava virtualmente presente na *langue*, fica-se sem se poder saber que factos linguísticos se devem definir como *individuais* e não como *sociais*, que é que se pode considerar acessório e mais ou menos acidental [retomando a citação *ibid.*, p. 23], a não ser elementos de fonação de reduzido relevo ou infracções ao uso comum. O próprio Saussure não ousa avançar muito nesta direcção; de facto, usando um tom conciliativo que lhe não é habitual, conclui ele: «Importa reconhecer que no domínio do sintagma não há limites nítidos entre o facto de língua, marca do uso colectivo, e o facto de *parole*, que depende da liberdade individual. Numa grande quantidade de casos, é difícil classificar uma combinação de unidades, visto que um e outro factor concorreram para a sua produção e em proporções que é difícil determinar» [*ibid.*, pp. 151-52].

A adopção do termo 'discurso' por parte dos linguistas pós-saussurianos enquadra-se tanto nas tentativas de resolver a antinomia *langue/parole* como de explicar a natureza e a função dos sintagmas. Buysens, por exemplo, retoma a distinção, já aqui citada, entre «1) as combinações com que o sujeito falante utiliza o código da língua, com vista à expressão do próprio pensamento pessoal; 2) o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar tais combinações [*ibid.*, p. 24]. Ele reserva para o segundo elemento, isto é, para o «fluxo sonoro que sai da boca do locutor», o termo *parole*, denominando, em contrapartida, o primeiro elemento de *discours*. A relação entre *parole* e *discours* é, para Buysens [1967], idêntica à que medeia entre som e fonema: temos um acto de significação, a *parole*, de um lado, e a sua parte funcional, o *discours*, do outro. O conceito de *discours* eliminaria a dicotomia *langue/parole*. Se é verdade que a *parole* é constituída por fenómenos fónicos e acústicos, que nada têm de linguístico, não é, por outro lado, possível estudar aquele conjunto de estados de consciência, de relações virtuais presentes nos membros de uma comunidade de falantes, que formam a *langue*. Só o discurso nos permite, segundo Buysens, caracterizar o sistema linguístico: «Há só uma linguística; tudo o resto não é senão psicologia, fisiologia ou acústica» [1967, pp. 40-42].

Um apontamento inédito de Saussure, publicado por Starobinski [1971, p. 14], mostra que também já ele tinha enveredado pelo mesmo caminho: a *langue* não foi criada senão com vista ao discurso, mas que é que separa o discurso da *langue*, ou seja, que é que, num dado momento, permite dizer que a *langue* entra em acção como discurso?